



Vol. I nº I jan./jun. 2006

p. 289-294

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E LIMITES

*Cleci Terezinha Battisttus<sup>1</sup>*

*Silvia Maria Sorbar<sup>2</sup>*

*Orientadora: Jane Peruzo Iacono<sup>3</sup>*

Analisar a forma de viver e a maneira como eram vistas e tratadas as pessoas com deficiência em relação à evolução da humanidade, permite tecer uma leitura histórica do cotidiano das pessoas com necessidades educacionais especiais e avaliar as possibilidades de políticas educacionais para este segmento, com seus limites e possibilidades. A história nos revela que desde as comunidades primitivas existiram pessoas com limitações das mais diversas, e que na vivência social surgiam novas formas de limitações constituídas pelo meio. A preocupação com a especificidade dos sujeitos com deficiência demorou a acontecer e a discussão vai percorrer longo, moroso e tortuoso caminho.

Conforme estudos de SILVA (1987), o século XVI pode ser considerado como marco inicial da Educação Especial, com a educação dos surdos na Espanha. Porém, sua institucionalização ocorreu no século XVIII, quando foram criados os Institutos Públicos para surdos-mudos em Paris (1755) e os Institutos Públicos para cegos (1784). No Brasil, a história de Educação Especial tem o seu início marcado em setembro de 1854, quando o imperador D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, hoje denominado Instituto Benjamin Constant. Outra iniciativa do imperador D. Pedro II, no ano de 1857, foi a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos que, posteriormente, passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Uma grande influência para a Educação Especial foi o médico Jean Marc Itard (1774-1838), que trabalhou na educação de surdos. Influenciado pelo pensamento de Rousseau - sobre a persistência em utilizar-se estimulação sensorial como forma de desenvolvimento - teve como ponto de partida a descoberta e a tentativa de integração de Vitor, um jovem encontrado na floresta de La Caune (França), próximo a Aveyron, à sociedade francesa do início do século XIX. A partir do trabalho desenvolvido por Itard, estabeleceram-se as bases para a revolução da Educação Especial; passou-se a pensar que as pessoas com deficiência poderiam ser tratadas, treinadas e reintegradas à comunidade. Muito tempo depois, constatou-se, a partir de estudos desenvolvidos na área por intelectuais da educação, que as políticas de

educação especial devem promover não a integração, na qual o sujeito é orientado a adaptar-se ao meio, mas a efetiva inclusão. Neste sentido, pode-se encontrar fundamentação para a necessidade da inclusão escolar de alunos com deficiência em Vygotsky (1989), segundo o qual “a tarefa da escola (...) consiste em não adaptar-se à deficiência, mas sim em vencê-la”.

Após a I Guerra Mundial houve maior atenção pelo atendimento das pessoas com deficiência: estas passaram a receber atendimento diferenciado em instituições especializadas. A compreensão e os estudos acerca da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais têm, a partir de então, promovido e exigido mudanças. Depois de tecida esta breve introdução sobre a história da Educação Especial, passamos a argumentar sobre as possibilidades e limitações das políticas de inclusão social e escolar das pessoas com deficiência.

Conforme já relatado anteriormente, os estudos e as pesquisas realizadas por Itard estabeleceram as bases para a revolução da educação de pessoas com deficiência e dentre as suas descobertas destacam-se as seguintes propostas, relatadas por Bianchetti (1998, p.46): a possibilidade e a necessidade da ação preventiva das deficiências; a educabilidade dos indivíduos que, dadas as suas diferenças, não se enquadram nos padrões considerados normais; a integração desses indivíduos como meio e fim.

Pode-se observar que Itard era um homem à frente de seu tempo no que se refere à educação e integração das pessoas com deficiência, pois a proposta de que foi precursor no século XIX, está se efetivando, ainda hoje, em muitas escolas de ensino regular. Enfatizamos, aqui, que destacamos Itard no contexto sócio-histórico de 1800, onde a integração das pessoas com deficiência ao meio social era muito rara. Inclusão, neste período, era um termo desconhecido e, até mesmo, poderíamos dizer, utópico.

Entendemos por inclusão, o processo no qual criam-se condições e possibilidades para que as pessoas com deficiência possam ser incluídas na escola e na sociedade, tendo suas singularidades respeitadas. A inclusão realmente acontece, quando se respeitam as diferenças, as especificidades e as necessidades de cada um, e não na tentativa de igualar a todos, sem distinção. Segundo Vygotsky, as escolas falam muito sobre as dificuldades enfrentadas por alunos com necessidades educacionais especiais, sobre o que esses alunos não são capazes de fazer, e esquecem-se de falar sobre as características positivas que possuem, sobre suas possibilidades. Logo, enfatizam o déficit em detrimento do aprendizado e desenvolvimento alcançados. Desta forma, Vygotsky (1989) conclui que “é impossível apoiar-se no que falta a uma criança, naquilo que ela não é. Torna-se necessário ter uma idéia, ainda que seja vaga, sobre o que ela possui, sobre o que ela é”.

Atualmente, segundo a Organização Mundial de Saúde estima-se que 10% da população de qualquer país são pessoas com alguma modalidade de deficiência (física, mental visual ou auditiva). O último censo do IBGE<sup>4</sup> revela que há cerca de 24,5 milhões de brasileiros, isto é, 14,5% da população com pelo menos alguma deficiência, seja congênita ou adquirida, sob a seguinte estatística: deficiência física e motora - 27%, deficiência auditiva - 16,7%, deficiência visual - 48,1%, deficiência mental - 8,3%, e deficiências múltiplas - 1,0%.

A educação inclusiva é um dos temas mais relevantes e intrigantes da sociedade contemporânea. Este tema possibilita os desafios de pensar e organizar o contexto educacional objetivando a construção de uma sociedade mais humana, que respeite e valorize as diferenças das condições físicas, psíquicas, mentais e econômicas de todas as pessoas, oferecendo assim, concretas possibilidades de participação social com qualidade de vida. Uma sociedade e uma escola inclusivas aprendem a trabalhar com a diversidade. Porém, ainda hoje, observa-se a segregação de milhares de crianças que vivem escondidas em casa ou isoladas em instituições especializadas, privadas de conviver com a diversidade, por falta de informação ou omissão de pais, educadores e do poder público.

Neste contexto, pouco ou nada resolveria, destacar os culpados, procurando reducionismos ou causas, ou ainda, enfatizando limitações. Trata-se de refletir sobre os acontecimentos passados, sobre quais rumos estamos tomando e sobre o que se pretende para o futuro. Pensar criticamente sobre o que veio segregando as pessoas com deficiência ao longo da história humana. Partindo desta análise histórico-social encontraremos possibilidades de construirmos argumentos para engendrar a luta e iniciativas concretas voltadas à inclusão dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, na escola e na sociedade, embora, com a compreensão da existência de reais determinantes que se constituem em obstáculos para tal.

Para que se efetivem as possibilidades concretas das políticas de inclusão social e educacional, é necessário primeiro, que elas não sejam realidade apenas na letra da lei e segundo, que a educação de alunos com necessidades educacionais especiais tenha os mesmos objetivos da educação de todo cidadão. Portanto, algumas modificações são necessárias na organização e no funcionamento da educação escolar para que tais alunos usufruam os recursos extras de que necessitam para alcançar os objetivos. Em razão disso, é preciso que se organizem recursos pedagógicos pensados por profissionais e professores especializados em educação especial, e que haja interação entre esses e os professores das classes comuns, como forma de superar limitações de ordem teórico-prática e de possibilitar a mediação da aprendizagem junto aos alunos com deficiência. Mesmo que surjam necessida-

des especiais de outras ordens, e novas ameaças de limitações, as possibilidades devem ser vislumbradas e buscadas concretamente, o que talvez venha requerer a intervenção da escola no sentido de encaminhar, orientar ou viabilizar o atendimento médico, social ou familiar dos alunos.

Conforme Mantoan (2002), é necessário que as escolas busquem novos caminhos educacionais, que, de fato, atendam à pluralidade do coletivo escolar. Segundo a autora, não se pode imaginar uma educação para todos, quando caímos na tentação de constituir grupos de alunos por séries ou por níveis de desempenho escolar, e determinamos para cada nível, objetivos e tarefas adaptadas a uma terminalidade. E, mais ainda, quando encaminhamos os alunos que não se “enquadram” em nenhuma dessas determinações, para classes e escolas especiais, argumentando que o ensino para todos não sofreria distorções de sentido em casos como esses. Portanto, com o entendimento de que esta é uma questão extremamente polêmica na temática inclusão escolar, convém estarmos atentos às pedagogias que se revestem de boas intenções, mas que acabam separando as crianças em turmas especiais com o intuito de favorecer a aprendizagem e o ensino.

Nesse sentido, observa-se que as maiores barreiras para a pessoa com deficiência não são físicas, como por exemplo, as arquitetônicas, facilmente identificáveis, mas sim humanas, barreiras atitudinais e pedagógicas, mais difíceis, não só de identificar, como, principalmente, de quebrar. Sejam quais forem os fatores limitadores que a deficiência traga, deve-se estudar meios, criar novas possibilidades de superação para que se efetive a inclusão.

As limitações impostas à inclusão perpassam a esfera institucional para alcançar a humana: os comentários dos professores também indicam como lhes é difícil em suas atuais condições de trabalho - formação individual e cultural - mobilizar em si mesmos os recursos para enfrentarem os desafios propostos no cotidiano das aulas. Por isso, sentem-se despreparados para mediar o processo de ensino e aprendizagem na diversidade. São compreensíveis e legítimos os seus anseios: dificuldades e limitações, principalmente aquelas que reivindicam uma transformação no sistema educacional e melhor valorização profissional, existem e são reais. No entanto, possibilidades precisam ser construídas, a complexidade da atuação pedagógica precisa ser considerada, o papel político do educador precisa ser assumido para que uma educação inclusiva também seja realizável.

A sociedade, para que se efetivem as políticas de inclusão social e educacional, há que compreender a inexistência de fórmulas prontas, caminhos seguros já traçados e pegadas exclusivas que indiquem o caminho. O caminho da inclusão está sendo construído, e esta construção é inédita, gradual, processual, dinâmica. O

saber não é estático, se altera e se transforma conforme altera a própria história. Assim, para construirmos novos conhecimentos que assegurem as possibilidades das políticas de inclusão e que criem as condições para que se estabeleça a inclusão social e educacional, é necessário mobilizarmos a própria sociedade.

A inclusão social e educacional é responsabilidade de toda a sociedade. Portanto, é importante pensar e refletir no cotidiano, no que podemos fazer mediante as necessidades educacionais especiais que devem ser desvendadas, consideradas e trabalhadas a partir da observação de todos os aspectos do desenvolvimento humano. Por isso, a relevância de se trabalhar com grupos heterogêneos, na diversidade, aproveitando e valorizando as potencialidades de cada um, lembrando que a educação inclusiva é para todos e não se restringe a alunos com deficiência. As possibilidades da inclusão social e educacional exigem que a sociedade reflita sobre seus próprios valores, estereótipos, atitudes e comportamentos, a fim de aprender a respeitar as necessidades individuais de todos os sujeitos sociais, e assim, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, com mais qualidade de vida a todos.

REFERÊNCIAS:

- BIANCHETTI, L. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. IN: BIANCHETTI, L. & FREIRE, I.. M. (orgs). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas – SP : Papirus, 1998.
- CASAGRANDE, I., M. K. & DEITOS, R.. A. **As políticas educacionais para alunos com necessidades educativas especiais**. IN: LIMA, A. B.; VIRIATO, E. O.; SCALCON,S. (Org.). Políticas educacionais dos anos 80 e 90: fundamentos e perspectivas. Cascavel :Edunioeste, 2004.
- MANTOAN, M.,T., E. **Inclusão Escolar** : ensinando a turma toda - as diferenças na escola. Artigo publicado na Pátio – revista pedagógica – ARTMED/ Porto Alegre – RS, Ano V, n.º 20, Fev./Abr./2002, pp. 18-28.
- PESSOTTI, I. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo : T.ª Queiroz – Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada**. São Paulo : Cedas, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. **Obras completas** : fundamentos de defectologia. Cuba-Havana: Editorial Pueblo e Educacion, 1989, v.5.

NOTAS

- <sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela UNIOESTE. Membro do HISTEDOPR – Grupo de Estudos em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná.
- <sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela UNIOESTE. Secretária Pedagógica e membro do Conselho Superior da Faculdade de Cafelândia.
- <sup>3</sup> Mestre em Educação. Professora do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE.
- <sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002???